



PROCESSO Nº	21.202-4/2019
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV
INTERESSADA	MARIA MADALENA DOS SANTOS CHAVES
ASSUNTO	APOSENTADORIA
RELATOR	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR

### PROPOSTA DE VOTO

4. Dentre as competências que a Constituição Federal de 1988 reserva aos Tribunais de Contas encontra-se a de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

5. O presente caso trata de concessão de **aposentadoria voluntária por tempo de contribuição de professor** que comprovou tempo exclusivo de efetivo exercício das funções de magistério, observando os termos do artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, bem como o disposto no artigo 40, § 5º, da CF/1988, o qual prevê a redução de idade e tempo de contribuição para a aposentadoria especial de professor na função de magistério, vejamos:

#### EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003

**Art. 6º.** Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;
- II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e
- IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**Art. 40.** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do



respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

(...)

**§ 5º** - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

6. Ressai dos autos que, na data da publicação do ato concessório (8/5/2019), a servidora contava com **50 anos de idade** e com **26 anos, 1 mês e 19 dias de tempo de contribuição exclusivos na função de magistério**<sup>1</sup>, razão pela qual o ato administrativo em análise possui respaldo constitucional e legal, merecendo o reconhecimento deste Tribunal mediante o devido registro.

### DISPOSITIVO

7. Tendo em vista que os requisitos constitucionais necessários à aposentadoria do requerente foram devidamente preenchidos e que o ato aposentatório atendeu a todas as formalidades legais, acolho o **Parecer Ministerial n.º 3.148/2022**, da lavra do Procurador de Contas William de Almeida Brito Júnior, para, com base no que dispõe o art. 43, inciso II, da Lei Complementar 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), apresentar **proposta de voto** no sentido de:

a) **julgar legal** o cálculo da planilha de proventos;

b) **registrar o Ato n.º 2.219/2019**, devidamente publicado, que concedeu aposentadoria voluntária por tempo de contribuição à Sra. **Maria Madalena dos Santos Chaves**, no cargo de Professora Educação Básica, C-007, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no Município de Cuiabá/MT.

**É a proposta de voto.**

Cuiabá/MT, 20 de setembro de 2022.

(assinatura digital)<sup>2</sup>

**João Batista de Camargo Júnior**  
Auditor Substituto de Conselheiro

<sup>1</sup>Documento Digital nº 154583/2019 – página 13.

<sup>2</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.